



História Unicap
ISSN 2359-2370

Mercados, guerras e mercês: a mobilidade social no antigo regime através da trajetória e Ambrósio Fernandes Brandão, mercador, cristão-novo nas capitânicas do Norte

Markets, wars and royal mercês: the ancient régime social mobility through the trajectory of Ambrósio Fernandes Brandão, a new-christian merchant at Brazil's Northern captaincies

Mozart Vergetti de Menezes*

mvm@academico.ufpb.br

Maria Eduarda Medeiros Brandão**

maria_eduarda_mb@hotmail.com

Resumo:

O Antigo Regime testemunhou transformações de sua ordem social à luz da formação do Sistema-Mundo. Os circuitos estendidos por Judeus Sefardis e Cristãos-novos envolvidos nas trocas de longa-distância encontravam-se no bojo desse processo, desenvolvendo uma elite ultramarina capaz de traçar estratégias de mobilidade social através do patrocínio, matrimônios com nobrezas locais e outros meios. A trajetória de Ambrósio Fernandes Brandão é um exemplo desta atividade, permitindo revelar a agência envolvida em adquirir status o suficiente, dentre guerras e favores reais, para manter uma rede mercantil capaz de resistir a perseguição inquisitorial no Império Ultramarino ibérico.

Palavras-chave:

Ambrósio Fernandes Brandão; Cristãos-novos; redes mercantis.

Abstract:

The Ancien Régime witnessed transformations within its social order around the World-System formation. The circuits extended by Sephardi jews and New-Christians involved in long-distance trade were at the core of this process, developing a maritime elite capable of creating strategies of social mobility through patronage, marriage to local nobilities and other means. Ambrosio Fernandes Brandão's trajectory is an example of this activity, allowing to unveil the agency involved in acquiring enough status, from wars to royal favors, to maintain a business network able to withstand the inquisitorial persecutions throughout the Iberian Maritime Empire.

Keywords:

Ambrósio Fernandes Brandão; New-Christians; network.

*Professor da Universidade Federal da Paraíba.

**Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Ordenamentos sociais e estratificações são indissociáveis daquilo que compunha o Antigo Regime, ferrenho em seu quadro de divisões representativas por entre estamentos. Nesta composição, os status atrelavam-se às honrarias e a distinção perpassava pela ascendência, serviços prestados, mercês e outros. No séc. XVI, uma elite comercial formava-se entre os mares e as cidades, acumulando fortunas que permitiam *adquirir* os elementos de distinção necessários, por meio do patrocínio e traçando estratégias de inserção nas nobrezas locais, através do matrimônio, atuações bélicas e cargos administrativos.

No seio deste grupo, encontravam-se os cristãos-novos, mercadores que, especializados nas trocas à longa distância, representaram um diferencial à aurora do sistema-mundo. Esses indivíduos encaixavam-se próximos à base da pirâmide social e poderiam manter-se em trânsito, frente a um cenário diaspórico promovido pelas perseguições da Península Ibérica àqueles de sangue judeu, que forçava eventuais deslocamentos.

Para assegurar negócios e proteger suas famílias, principalmente do Santo Ofício, organizavam-se em redes transcontinentais e os que tinham condição embarcavam em empreitadas que lhes garantiriam uma mobilidade social ascendente, através de concessões outorgadas por poderes extraordinários, como o da Coroa. Seria este o exemplo do mercador cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão, que estabeleceu bens de raiz nas Capitanias ao Norte do Brasil, vinculando-se à produção açucareira, constituiu a base de seus negócios em Lisboa e, por meio das guerras de conquista, recebeu mercês para atuar como funcionário régio.

Sua trajetória não é desconhecida. Considerando os debates historiográficos em torno da autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, nomes como Antônio Gonsalves de Mello e Capistrano de Abreu se dispuseram a descortinar detalhes de sua vida, entretanto, com a finalidade de identificá-lo enquanto autor da obra, frente às conclusões de Francisco Adolfo Varnhagen, que creditou outro cristão-novo: Bento Teixeira, responsável pela *Prosopopéia*.

Dessas investigações resultaram não apenas que a historiografia contemporânea parece inclinada a atribuir a autoria dos *Diálogos* a Ambrósio Fernandes, mas também deixou uma trilha de pistas e, ao mesmo tempo, lacunas em torno de sua trajetória suficientes para uma *abordagem indiciária* (GINZBURG, 1989). Desse modo, este artigo procura levantar os caminhos e estratégias traçadas por Ambrósio Fernandes Brandão em prol de vislumbrar como decorreu sua inserção nos espaços de mercado nos quadros da diáspora cristã-nova.

Ser mercador e cristão-novo no ordenamento social do Antigo Regime

Encontra-se, no Antigo Regime, um ordenamento social que mantém jurisdição sobre as coletividades, em que a identidade do ser recairia sobre sua função social — *officium* — e a divisão entre *bellatores*, *oratores* e *laboratores*, continuava a servir enquanto modelo representativo. O eixo nascimento-ascendência — *tradição* — pautava locais-sociais e atribuía uma *situação de status* determinada pela linhagem familiar e *honraria estamental*, análoga ao estilo de vida *esperado* daqueles indivíduos. Em suma, para a tradição jurídica e teoria social, o estado ou a ordem do Antigo Regime seria um “conjunto de pessoas com o mesmo estatuto” (HESPANHA, 1987, p. 413), que congregadas, destinavam-se a determinado fim.

Frente a esse modelo de distinções supraindividuais em torno dos que oram, laboram e guerreiam, questionamentos surgem em torno dos grupos à parte deste cenário, que assumem protagonismos durante a expansão ultramarina.

Um bom exemplo desse caso seria o mercador portugalense. Vindo de uma transição à longa-duração, entre ter seu ofício visto como tabu e finalmente tornar-se um elemento distinto na sociedade, elevou-se a um “estado transitório entre mecânico e fidalgo” (MAGALHÃES, 1997, p.431). Não se inseria na divisão tripartida, mas pairava entre os estratos, com a possibilidade de mobilidade social, podendo ascender à fidalguia por meio da “habilidade e investimentos simbólicos na terra e em comportamentos nobres” (MAGALHÃES, 1997, p. 431), do casamento com famílias da nobreza, atuando na guerra e/ou nobilitando-se por vias das ordens militares, que poderiam requerer a comprovação de algumas dessas situações e, ainda, pureza de sangue.

Ainda que este elemento viesse encontrando espaço paulatinamente na sociedade portuguesa, a aurora do *sistema-mundial moderno* oferece uma nova gama de ações, em momento *sui generis* à própria condição mercantil. De acordo com o pensamento de Wallerstein (1990, p. 55-57), a experiência acumulada por Portugal anteriormente em trocas marítimas, bem como a concentração paulatina da economia nas cidades, tornou o reino ponta-de-lança desta nova organização, com base em três fatores: geográfico, mercantil e o estatal.

Os mercadores, entretanto, não eram alheios às representatividades que norteavam esta sociedade em transição e a Igreja, em meio ao seu papel, trata de oferecer distinções dentro da figura do mercador. Mais especificamente, promovendo uma dicotomia entre o “bom” e o “mau”, sendo o primeiro “[...] aquele que limita seus horizontes, evita as ocasiões de pecado ao circunscrever seu raio de ação” (LE GOFF, 1991, p. 100) e o segundo, enquadrando-se principalmente nos pecados de ganância e avareza, comumente relacionados pela cristandade ao judeu.

Naquilo que concerne a Portugal, os povos semitas são indissociáveis de sua História. Especificamente em fins do medievo e início da modernidade, a Península Ibérica sentia o rescaldo da *Reconquista* e, perante esse quadro, o Estatuto de Toledo introduziu oficialmente o impedimento daqueles de sangue impuro, judeu ou mouro, de assumir cargos municipais. Progressivamente, o famoso édito de 1492 levou a comunidade judaica espanhola à conversão forçada ou à saída do reino, criando-se assim o fenômeno cristão-novo: o judeu convertido ou, em relação de sinonímia, o cristão que, devido às conversões peninsulares, apresentava ascendência judaica.

Este cenário propicia a expulsão dos judeus portugueses em 1497 e, aqueles que ficaram no território foram forçados ao batismo, levando o reino a se tornar terra de um sem-número de conversos sem instrução na fé católica e pressionados a agirem como tal, perpetuando e confundindo costumes e vivências judaicas aprendidas hereditariamente. Alguns de fato se converteram. Outros, que conservaram um criptojudáismo, ou seja, professavam sua fé no campo privado enquanto se mostravam cristãos em público. Muitos confundiam preceitos mosaicos com os cristãos e assim por diante. Em suma, com problemas identitários e falta de catequese, os casos de heresias por equívocos e afins, não eram ao todo incomuns.

O Santo Ofício nasce em 1536, tendo o cristão-novo como “alvo maior da atividade inquisitorial ibérica e motivo explícito da fundação dos tribunais da fé na Espanha e em Portugal” (BETHENCOURT, 2000, p. 338). Em

meio ao Renascimento e com o recrudescimento do antijudaísmo que crescera em Portugal perante a conjuntura. Às vésperas do Concílio de Trento, em mentalidade de Contrarreforma.

Conjectura-se, portanto, em torno da condição dos cristãos-novos que se aventuraram no universo mercantil, na aurora do sistema-mundo. No âmbito representativo, para Hespanha (1987), a sociedade moderna do Antigo Regime seria estratificada, mas ao mesmo tempo, confrontava-se com uma “*crise das categorias tradicionais de estratificação sociais*” (1987, p. 421). A organização citadina despertava outros modelos de reordenação social, buscando novos *status* ao mercador e às profissões liberais, delineando contradições entre o rural e o urbano; entre o modelo de *riqueza fundiária*, daqueles que tinham mais vassallos e a *nova riqueza*, mobiliária e argentária. Não obstante, a ideia de linhagem não deixaria de percorrer a mentalidade social, perpetuando “[...] embora com uma reconversão da sua função, certas interdições profissionais que tradicionalmente impediam sobre os nobres. É o caso do exercício do comércio ou de profissões mecânicas” (1987, p. 421).

A Península Ibérica, perante um quadro de crise pós-*Reconquista* somado à ascensão de novos estratos, a modernidade não corresponderia exatamente a uma época mais tolerante em relação às leis teológicas, ao menos no que condiz à hierarquização da sociedade. Em contraste direto, haveria uma conservação de posições ao passo que formas de discriminação político-jurídicas eram atenuadas, “como se os estados tradicionalmente dominantes tentassem contrabalançar a diminuição do seu poder de controlo directo da sociedade com um reforço dos meios simbólicos de domínio” (1987, p. 422).

Observando o estado ou ordem do Antigo Regime como um conjunto de pessoas sob um mesmo estatuto, portanto, Hespanha (1982) propõe um modelo de hierarquização desta sociedade. Para o autor, além dos três estados com representação em corte — *laboratores, oratores e bellatores* — o Antigo Regime, juridicamente, reconhecia alguns outros estatutos especiais. Considera-se, a nível de escala social dos homens livres, os mecânicos — condição vil — ou no geral, trabalhos manuais com remuneração, o mais baixo na hierarquia, contudo, haveria ainda duas camadas abaixo desta condição hierárquica: “no fundo desta escala social, estão os rejeitados — judeus, mouros e cristãos novos” (HESPANHA, 1982, p.229) encontrando-se acima apenas dos escravos, que eram destituídos da própria liberdade.

Desse modo, judeus e cristãos-novos encontram-se nessa conjuntura do Antigo Regime como remanescentes da Reconquista; um *outro* peninsular em momento de legitimação da nobreza cristã. Normalmente ligados a *officiums* liberais e mecânicos/mercantis; *vis* para uma sociedade que passava pelo processo de transição da mentalidade feudal para um humanismo ou renascimento. De baixa *tradição*, por não serem de sangue nobre ou puramente cristãos e, conseqüentemente, portando uma *honraria estamental* que não se enquadrava no *status-quo* que esta sociedade buscava legitimar, considerando os costumes judaicos e, em partes, de uma burguesia nascente. *Status* e fruto da ascensão das cidades, em detrimento do campo; oposições entre as antigas e novas formas de riquezas que impactavam diretamente as *categorias sociais de estratificação tradicionais*, despertando um conservadorismo por parte daqueles que buscavam manter suas posições, tipicamente medievais.

Como resultado, um fenômeno diretamente conectado ao quadro contextualizado ocorre nos reinos peninsulares ibéricos. Levas de habitantes de ascendência judaica sefaradí, judeus ou conversos, deixam seus reinos de origem. Os destinos desta diáspora se estenderam do Mediterrâneo ao norte da Europa — sendo Amsterdã um dos locais mais visados — e ao Atlântico em toda sua extensão.

Cristãos-novos em diáspora: do açúcar à pimenta

Sendo essas diásporas objetos vastos de análise, no que tange ao aspecto socioeconômico, referente aos mercadores inseridos nesse processo, Wim Klooster (2001) destaca que o Império Otomano se tornou um dos destinos da diáspora a partir dos finais do séc. XV e início do XVI, após a conquista de Constantinopla em 1453. Veneza culmina num forte poderio marítimo a partir desse recorte, através do comércio de temperos — pimenta, noz-moscada e cravo —, despontando como um dos destinos atrativos à migração e vendo a contribuição dos sefaradí principalmente nas trocas com a região do Levante.

Com as rotas que Portugal traçou para as Índias através do Cabo da Boa Esperança, o reino assume o comércio de temperos e cria uma relação entre Lisboa e Antuérpia, que se tornou o centro da expansão econômica europeia, com a entrada dos metais provenientes do Novo Mundo, em meados do séc. XVI. Judeus e conversos portugueses que se estabeleceram na Antuérpia tinham como vantagem não apenas as conexões internacionais de suas redes, mas também ligações com a coroa portuguesa.

Ao fim do século XVI, outros polos comerciais passaram a competir com a Antuérpia, fazendo também conexões com a Coroa lusitana, tais como Londres e a própria Amsterdã, que toma o lugar que antes pertencia à Antuérpia. Com isso, essas cidades se tornam mais um dos destinos da diáspora, havendo, no caso de Amsterdã, reconversões devido às políticas mais tolerantes da cidade, sendo um ponto importante do fenômeno *judeu novo*, ou cristãos-novos que retornaram ao judaísmo e reencontraram suas raízes. A comunidade sefaradí de Amsterdã, portanto, tornou-se ávida na troca não apenas com o reino de Portugal, mas também com suas colônias, tendo o *açúcar* como principal produto dessa rota.

Integrando-se por meio deste modelo aos diferentes espaços, a visão do fluxo de especiarias tornava-se mais clara. Com isso, Klooster (2001) levanta a possibilidade de que os sefaradí podem ter reduzido os custos de transação expandindo a escala do comércio de longa distância (KLOOSTER, 2001, p. 129). No que corresponde a esta extensão territorial, como sugere Jonathan Israel (2009), até então não houvera diáspora a cobrir um perímetro maior, quando dividida entre as diásporas dos judeus sefaradis e cristãos-novos, que embora diferentes, interconectavam-se de modo transatlântico pelos laços genealógicos, solidariedade mercantil e perpassavam limites religiosos, políticos e culturais por entre nações (ISRAEL, 2009, p. 4).

Os circuitos formados pelos judeus, conversos e outros elementos distintos de acordo com os espaços geográficos de atuação, foram capazes de atravessar não apenas territórios inimigos como também barreiras entre o catolicismo, o protestantismo e o islã. Mas *o elemento chave que proporcionou estabelecer este ligamento* foi

encontrado no Atlântico e no lucro oferecido pelas plantações de açúcar¹. Ainda que cristãos-novos já estivessem inseridos na economia atlântica, por meio do trato do pau-brasil e outros produtos, o açúcar representou papel essencial para a *consolidação* desses circuitos, que floresceriam de fato durante o séc. XVII.

Até 1570, os conversos de Portugal e do Brasil dominaram este sistema, enquanto os judeus sefaradí, inicialmente na Península Itálica e aos finais do século, no norte da Europa, agiam como uma parte secundária. Entretanto, a interação ampla entre as duas vertentes encontrou um elo *não apenas com a exportação de açúcar, mas também com a união das coroas ibéricas em 1580*.

Ao assumirem a tutela do império ultramar de Portugal, à luz da crise dinástica, os Habsburgos viram-se herdeiros, dentre tantos outros aspectos, de um monopólio régio oriental que mantinha seu centro distributivo na cidade de Lisboa, em detrimento dos demais portos reinóis. A pimenta fazia-se um dos principais produtos das rotas nas Índias e sua compra se dava por meio dos metais preciosos extraídos no Atlântico, lucros das mercadorias que, embarcadas nessas naus, chegavam ao Reino e o grosso do procedimento das transações se dava por meio de moedas e letras de câmbios (MAGALHÃES, 1997, 308).

Os Habsburgos utilizaram dos lucros na Carreira das Índias para financiar suas armadas e fortificações ultramarinas². Sendo uma rota tradicionalmente desafiadora e, a partir de então, com os problemas de regresso das mercadorias frente ao cenário de guerra da Espanha com outros reinos, as casas mercantis germânicas e italianas que atuavam amplamente na Carreira das Índias, passaram a enxergar a rota como um risco maior que o retorno dos investimentos.

Como resultado, famílias lisboetas de cristãos-novos mercadores inseridos nesses circuitos de forma periférica às estrangeiras, assumem os contratos e *estabelece de vez* a conjuntura comercial da diáspora sefaradí/cristã-nova, que seria prolongada até o declínio da rota do cabo, por volta de meados do século seguinte. Dentre esses grupos, observam-se os Ximenes d’Aragão, Mendes de Brito, Gomes d’Elvas, Rodrigues Solis e outros: investidores experientes nesse campo, que, concordando em assumir os contratos nos moldes das casas estrangeiras predecessoras, passaram a dominar o acesso ao mercado de temperos na Europa e Mediterrâneo (BOYAJIAN, 1993, p. 27).

Compondo, portanto, os consórcios da pimenta, essas famílias conectavam-se em rede a agentes mercantis instalados no Brasil, que apresentavam conexões com as famílias dos contratos, mas agiam, principalmente, como investidores nos negócios das Índias. Boyajian (1993), ao analisar esta categoria, destaca o caso dos comerciantes provenientes do Porto, praça secundária de Portugal. Impedida de receber as mercadorias da Ásia tal qual Lisboa, os mercadores voltaram-se de forma mais intensa ao Atlântico, sem deixar as atenções à Carreira das Índias de lado. As

¹ The change that provided both indispensable engine for Portuguese converso entry into maritime mercantile activity in the Old World, and the impetus for transfer to the New, was the spread of the sugar plantations originally established earlier in the Portuguese Atlantic islands to São Tomé, a Portuguese plantation colony off the coast of West Africa, and then, from the 1560s, and on a much larger scale, also to Brazil. (ISRAEL, 2009, p. 8).

²The Habsburgs’ fiscal policy deepened the impending crisis of the pepper trade and contracts. Instead of reinvesting profits to prepare vessels of the Cape trade to sail on schedule and to arm more vessels against corsairs. Philip II and his successors spent pepper revenues mostly outside Portugal on the Invincible Armada and the Low Countries’ wars. Although these military projects arguably aimed at the corsairs’ bases, they were of little direct benefit to the carreira das Índias. (BOYAJIAN, 1993, p.26).

trajetórias de Diogo³ e Duarte Fernandes do Brasil⁴, residentes em Pernambuco, ilustram esta condição. Segundo Boyajian (1993), eles eram filhos de Manuel Fernandes e Leonor Mendes do Porto. Ambos fizeram suas fortunas primeiramente em Pernambuco, aproveitando-se da crescente economia açucareira e do tráfico de escravos entre Angola e o Brasil, além de serem investidores na Carreira das índias durante a década de oitenta dos quinhentos, ligados genealogicamente aos Fernandes d’Aires. (BOYAJIAN, 1993, p. 36).

Em meio às suas atuações na colônia, tornaram-se feitores (administradores) do engenho de Bento Dias Santiago: senhor do engenho Camaragibe e mercador. É chamada também a atenção, desta vez por Gonsalves de Mello (1996), para a conexão genealógica — “primos” —, entre os irmãos e Miguel Dias Santiago, comerciante de açúcar no eixo Pernambuco-Bahia, que termina seus dias na Antuérpia, onde “(...) em 1627 era um dos cônsules da ‘nação portuguesa’ (entenda-se, da nação judaico-portuguesa) daquela cidade”. (MELLO, 1996, p. 35).

Segundo Boyajian, o próprio Miguel Dias Santiago, aparece como investidor nos negócios da *Carreira das índias*, por meio do consórcio formado pelos Tinoco, ele sob o qual atuavam os irmãos Fernandes (BOYAJIAN, 1993, p. 256-257). Afinal, eram por meio desses consórcios que os investimentos ocorriam. Foi por volta da década de oitenta dos quinhentos que as famílias do Porto, tais como Fernandes, Tinoco, Silveira, Gomes Denis e Solis, Brandão e Vaaz de Souza estabeleceram circuitos na Rota do Cabo, no qual controlavam de maneira quase privada mais de dois terços, cerca de 70%, da carga retornada à Lisboa (BOYAJIAN, 1993, p. 38).

Sobretudo, a imbricada relação entre essas casas os levou à partilha de carregamentos, correspondentes e assim por diante. O suficiente para que se torne complexa a tarefa de *distinguir de fato os investimentos entre elas* e, por conseguinte, até ao ponto de conseguirem agir como o cartel controlando o comércio do Cabo. (BOYAJIAN, 1993, p. 38). Ascendendo à *carreira das índias*, portanto, grupos comerciais com capacidade de estender suas conexões ao Novo Mundo de forma mais complexa, uma conjuntura mercantil específica é formada durante a união das coroas, que traz consigo a inserção da prata espanhola no circuito e que possibilita planos de ação para impulsionar mercados interessantes não apenas aos agentes colonizadores de estatuto particular, mas também à Coroa.

Sanjay Subrahmanyam (2012), analisando os antecedentes de uma “virada atlântica” no séc. XVII, chama atenção à ascensão do Brasil no cenário e a atuação em rede dos agentes cristãos-novos que se beneficiaram economicamente com o estatuto de Tomar. Os cristãos-novos, para Subrahmanyam, foram essenciais à conjuntura global formada por Felipe II, pois esta rede de comércio e finanças estatais que surgiu entre 1580 e 1630, envolveu o mundo (2012, p. 125), despertando uma “era de ouro” para estas redes ao passo que possibilitou a integração de circuitos e mercados, mas que, devido às perseguições que não cessaram, precisaram encontrar estratégias para manutenção da empreitada, tais como realocações de posições territoriais ou inserções dos agentes nas nobrezas locais.

Desse modo, para o cristão-novo mercador, uma mobilidade social ascendente andou lado a lado com a autopreservação, não apenas de si, mas de seus negócios, que perante ablações, o efeito dominó atingiria diretamente

³ Senhor de engenho em Pernambuco. Genro de Diogo Fernandes foi mercador de escravos. Tinha em 1604 associações com Luiz Fernandes Gramaxo. Em 1603 tinha associação para negócio do açúcar com Manuel Rodrigues do Porto e Domingos Dias Cardoso. Foi feitor do engenho de Bento Dias Santiago e em 1594 é citado como mercador morador na rua nova de Lisboa. (SILVA, 2012, p. 229).

⁴ Irmão de Diogo Fernandes Camaragibe fez negócio com Miguel Dias Santiago, quando já estava de volta a Lisboa. Era irmão também de Antônio Dias do Porto e Simão Rodrigues do Brasil. Foi feitor do engenho de Bento Dias Santiago. Permaneceu depois em Portugal. (SILVA, 2012, p. 226).

suas teias familiares e proximidades. Considerando o contexto de diáspora, inclusão nos espaços de mercado promovidos pelo ultramar — que exigia crescente adaptação dos mecanismos de trocas à longa distância — inseria-se diretamente nesta composição⁵ e, como observado por Carlos Manuel Valentim (2007), da convivência com a nobreza de sangue “(...) detentora de títulos, honras, de riqueza imobiliária, que exercia altos cargos militares e administrativos, vai emergindo um novo grupo social, enriquecido pelo comércio e pela finança, buscando a cada instante uma oportunidade para ascender na sociedade” (2007, p. 116).

Insertos num estrato social a que se denominou mais tarde “burguesia”, estamos-nos a referir a indivíduos que contratavam com o Estado a cobrança dos impostos, a execução de obras públicas, ou extraíam lucros fabulosos através do comércio ultramarino e das transações comerciais. Muito embora a sua categoria na pirâmide social estivesse muito próxima da base, a sua condição económica e financeira era invejada pelos aristocratas que não participavam nos contratos e licitações com a Coroa, nem detinham meios financeiros para investir nos negócios que entretanto apareceram com a abertura de novos mercados. (2007, p. 116).

Esta mobilidade social poderia, por vezes, imbricava-se nas novas camadas de distinção criadas pelo ultramar, o que poderia gerar desventuras com as nobrezas locais, embora não impedisse mercês de serem outorgadas frente a atos naturalmente atrelados à honraria, como a guerra, especialmente nos limites do império em que os estatutos, como as limitações por impureza de sangue, poderiam ser relaxados frente à necessidade de preencher os cargos da administração e governança da terra.

Entre muitos destes funcionários figuravam cristãos-novos. Refira-se, desde já, que a ascensão/mobilidade social dos sefarditas e cristãos-novos seguiu o padrão comum a outros indivíduos das sociedades modernas. O prestígio social passava pela formação, capacidade de patrocinar, usufruir de uma vida de abastança, situar-se próximo dos círculos aristocráticos para influenciar os acontecimentos e obter prestígio. (2007, p. 118).

Esta condição, entretanto, foi limitada a um grupo muito restrito de cristãos-novos mercadores, que se torna ainda menor com base na altura do escalão observado, representando assim uma minoria dentro de outra minoria. Segundo Fernanda Olival (2008), “no que respeita a mobilidade social sabemos que quase todos os cristãos-novos que conquistaram grandes honras tiveram a anuência da Coroa para esse efeito” (2008, p. 408), ou seja, comumente demandaria conexões influentes e agência, de antemão, afinal, “(...) muitas destas distinções seriam muitas vezes cautelosamente negociadas pela Coroa a troco de grandes empréstimos em conjunturas difíceis”. (2008, p. 408).

⁵ Fernanda Olival, lançando notas de balanço sobre a historiografia referente à mobilidade social cristã-nova, afirma que “A ideia da conexão internacional que passava muitas vezes pelos laços de parentesco a que se tendia a juntar o elo da solidariedade do sangue cristão-novo são outras características indissociáveis de tal imagem. O criptojudaísmo facilitaria a criação de confiança e a coesão de interesses, duas vertentes essenciais no mundo dos negócios, quando a relação não tinha o selo do parentesco, fosse ele sanguíneo ou por afinidade. Seria mediante tais elementos que se combateria o elevado grau de incerteza implícito no quadro de trocas do Antigo Regime, em particular no comércio a longa e a muito longa distância. Era uma espécie de seguro contra o elevado risco, demasiado frequente neste tipo de transações. Muitos dados empíricos corroboram este tipo de abordagens. Os sucessos nos negócios traduzir-se-ia em dinheiro e como tal, a curto e médio prazo (o que muitas vezes significava a geração seguinte), em mobilidade ascendente. Tal trajectória passava por copiar as pautas de comportamento e de ostentação da Nobreza, pelo que inviabilizou a formação de verdadeiras dinastias de grandes negociantes em Portugal”. (2008, p. 400).

Encontra-se em Ambrósio Fernandes Brandão um exemplo de cristão-novo que transitou por estes espaços de distinção, negociações com a Coroa e comércio ultramarino. Nas Capitânicas do Norte, mais especificamente Pernambuco e Paraíba, enxergou sobretudo a possibilidade de manter bens de raiz, enquanto cultivava sua base de operações em Lisboa. Tradicionalmente conhecido pela historiografia brasileira como o mais provável autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, não apenas sua trajetória, mas também sua obra demonstra aspectos que trazem luz a este processo.

Traçando caminhos de distinção: os negócios ultramarinos de Ambrósio Fernandes Brandão

Nascido em Portugal, por volta de 1555⁶, Ambrósio Fernandes Brandão foi um homem do império. Tendo participado das guerras promovidas por D. Sebastião, no Norte da África, tanto como patrono de capitais, como empunhando armas em algumas jornadas, ao servir na armada do mar, foi agraciado por esses feitos, em fevereiro de 1581, com os cargos de *escrivão da feitoria de Malaca*⁷ e *apontador das obras da fortaleza da cidade* por um período de três anos:

Dom Filipe, etc, faço saber aos que esta carta virem que havendo respeito aos serviços que nas partes da Índia tem feitos Ambrósio Fernandes Brandão *nas armadas e cousas em que se achou e ser em algumas delas ferido e asi a ir servir na jornada de África com o Senhor Rei Dom Sebastião*, meu sobrinho, que Deus tem, na armada do mar, e à *despesa que nisso fez* e hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do cargo de *escrivão da feitoria de Malaca* e do cargo de *apontador das obras da fortaleza da dita cidade* por tempo de três anos na vagante dos providos antes de 12 dias deste mês de Fevereiro do ano presente de 1581 em que lhe fiz esta mercê, com declaração que irá o dito ano à Índia e não indo não haverá efeito, com os quais cargos haverá de ordenado em cada um dos ditos três anos 50.000 reais e os próis e percalços que lhe diretamente pertencem.

É possível que os cabedais aplicados por Ambrósio Fernandes tenham sido provenientes do perdão-geral sobre os confiscos aos cristãos-novos, oferecidos na época por D. Sebastião em troca de financiamento às suas eventuais desventuras na África⁸. Desse modo, foi agraciado não apenas por sua atuação nas armas, mas também pelo próprio investimento, no interstício dos anos três anos que marca o registro da chancelaria para o exercício do cargo, o que

⁶Com base no testemunho que forneceu ao Tribunal no decorrer do processo de Bento Teixeira, em setembro de 1595, retira-se que era “cristão-novo, de ydade de quarenta anos capitão de sua companhia de infantaria”, presumindo-se, portanto, que tenha nascido no ano de 1555.

⁷ Como observa Rui Manuel Loureiro, Malaca fazia-se presente no circuito de fortalezas, cidades e feitorias do ambicionado Estado da Índia e era de grande importância à Portugal, por ser o ponto de encontro do comércio asiático e responsável por muitas das rotas de controle sobre a Ásia oriental, além de ser o entreposto encarregado realizar lucrativas transações mercantis “(...) que não só beneficiavam a Coroa lusitana, através de investimentos directos ou concessionados, mas também uma multidão de fidalgos portugueses e de funcionários régios, e a uma miríade de mercadores e investidores privados (2016, p. 25).

⁸ Em 1577, com os cofres reais esvaziados e a Coroa necessitando de dinheiro rapidamente, foi solicitado aos cristãos-novos um pagamento de 225 mil cruzados, dinheiro que foi usado na montagem da expedição militar liderada por D. Sebastião que resultou na batalha de Alcacer-Quibir, no norte da África. O pagamento desse montante acabou tendo o efeito de um Perdão Geral, com a soltura dos presos pelo Santo Ofício e a promessa de que não haveria confisco de bens nos dez anos vindouros. As negociações foram conduzidas por Manuel Duarte, Henrique Simões e Álvaro Furtado, este era tio de Vicente Furtado, todos comerciantes de grosso trato ligados ao comércio do Oriente.. (RICARDO, 2014, p. 102).

corroborar com as informações que demarcam o tempo para chegada de Ambrósio Fernandes na Capitania de Pernambuco, por volta de 1583⁹.

Nesse período, o açúcar do Brasil passava por um surto produtivo, tornando-se o principal fornecedor mundial entre 1570 e 1585¹⁰ e Pernambuco despontou nesse cenário, com um crescimento de 8,4% no número de engenhos¹¹. Pressupõe-se que Ambrósio Fernandes tenha arribado à colônia, provavelmente, visando à capitania enquanto praça de aprendizagem mercantil¹².

Foi recebido pelo já citado Bento Dias Santiago — e possivelmente os Fernandes —, no engenho de Camaragibe neste ano. Daquilo que se tem documentado, segundo Gonsalves de Mello, Camaragibe teria sido o primeiro engenho construído por cristãos-novos em Pernambuco, através de uma parceria entre Pedro Alvares Madeira e Diogo Fernandes. Sucumbindo perante levantes indígenas, Bento Dias Santiago é sugerido como sócio por Duarte Coelho, após ter atuado enquanto *capitão dos homens do Porto*¹³ numa expedição contra os nativos da região.

À época, Bento Dias Santiago arrematava os dízimos de Pernambuco (chegando a arrematar também os da Bahia) e Ambrósio Fernandes Brandão serviu-lhe como feitor, alguns anos depois dos irmãos Diogo e Duarte Fernandes do Brasil terem atuado na mesma posição. Chama-se atenção aqui que Ambrósio Fernandes não só ocupou espaços similares e manteve alguns dos mesmos contatos em rede, mas tal como os irmãos Fernandes e outros — João Nunes Correia, Diogo Lopes Ulhôa, Miguel Dias Santiago, etc — também aplicou investimentos na Carreira das Índias. Em seu caso, sob o consórcio dos Brandão, que, tal como os Fernandes, eram provenientes do Porto e grandes atuantes no circuito asiático.

As conexões dessas famílias eram estreitas e tornaram-se ainda mais imbricadas, quando, no séc. XVII, membros desses grupos assumiram o posto de banqueiros *asientistas* portugueses, da corte espanhola¹⁴. Nesse sentido, a genealogia de Ambrósio Fernandes demanda um aprofundamento dos estudos, principalmente quando interligadas aos daqueles que passaram por Camaragibe. Dando seguimento aos resultados, Ambrósio Fernandes Brandão, enquanto prestava serviços a Bento Dias Santiago, seguiu passos similares ao envolver-se com as guerras coloniais.

⁹ E o caso é este: estando eu no ano de 83 assistente na Capitania de Pernambuco, na Vila de Olinda, ao tempo de partir com uma fronta para o Reino, que me trazia assaz ocupado com o haver de escrever para lá chegou um creiado meu, a quem trazia ocupado no recebimento dos dízimos dos açúcares, que então estava a meu cargo (...) eu era então novo na terra, e não havia ainda visto nela nenhum âmbar (...) (MELLO, 1966, p. 99).

¹⁰ Os autores são unânimes em afirmar o surto positivo da economia açucareira no Brasil, até o início dos anos 1610, com particular vigor entre 1570 e 1585. Foi nesse período que o Brasil passou a ser o principal fornecedor mundial de açúcar. Como vimos, sua concorrência acentuou as dificuldades endógenas do Grande Mediterrâneo, da Madeira, de São Tomé e Hispaniola. Além das condições já mencionadas, esse crescimento teria sido impelido também pela conjuntura internacional ou, mais bem, europeia, que fazia elevar os preços. Concorriam para isso particularmente o afluxo de prata das Américas, o crescimento populacional, a urbanização da Europa e a capacidade ociosa para suprir o abastecimento dessa população, a progressiva estabilidade das instituições e a crescente integração e expansão dos mercados do Velho Mundo - (e também do Novo), cuja produção se voltava, cada vez mais, à comercialização. (STRUM, 2012, p. 216).

¹¹ SCHWARTZ, 1988, p. 148.

¹² "O aprendizado dos comerciantes cristãos-novos situados em Amsterdã passava por comumente pela participação desde pequenos nos negócios familiares, entre os quais o comércio no Brasil. Era comum tanto mandar seus filhos para o aprendizado nos negócios em Pernambuco ou na Bahia como também o seu contrário: mandá-los do Brasil a outros portos (...)" (SILVA, 2012, p. 84).

¹³ SILVA, 2012, 106.

¹⁴ From the data in the asientos I have reconstructed twenty-eight families grouped into seven great banking houses of Lisbon, designated by the family name or names of their leading bankers: Brandão, Fernandes da Costa, Mendes, Silva da Lisboa, Silveira, Soares d'Orta and Tinoco. I have found references to four "houses" only - the Fernandes da Costa, Mendes, Silveira and Tinoco - by name in any source. Brandão, Silva de Lisboa and Soares d'Orta are admittedly my designations and further refinement cannot be ruled out. Yet they are based on meticulous study of the intricate pattern of blood relationships and confirmed by actual association and co-operation in common enterprises. (BOYAJIAN, 1979, p. 134).

Dentro do cenário de expansão produtiva de Pernambuco, Regina Célia Gonçalves (2008) argumenta que em reflexo ao aumento na demanda do mercado, a várzea do Rio Paraíba — na época pertencente à Capitania de Itamaracá — veio a representar um espaço natural para comportar novos engenhos. Essa área, entretanto, representava uma fronteira à colonização, pois era dominada pelos Potiguara, que se aliavam aos Tabajara, e aos franceses, que arribavam ao rio para traficar pau-brasil, mesmo com Portugal mantendo monopólio régio sobre o produto. Tendo os Potiguara cercado os engenhos de Itamaracá e começando a avançar sobre os de Pernambuco, ordens foram dadas pela metrópole para conquistar o Rio Paraíba.

Após uma série de tentativas frustradas, o Governador-Geral, Francisco Barreto, aponta o Ouvidor-Geral, Dr. Martim Leitão, como responsável [General¹⁵] por organizar uma Armada, em vias de conquistar o Rio Paraíba. Em 1585, durante as negociações e trocas de favores que decorreram em prol das convocações à Armada, Martim Leitão concede a Ambrósio Fernandes uma Companhia de Infantaria, sob o título de *Capitão dos Mercadores*. A armada abriu caminho de Pernambuco ao rio, travando sangrentos embates contra os Tabajara, até chegar ao Forte de São Filipe e São Tiago, onde remanescentes de jornadas anteriores mantinham-se em estado de cerco pelos Potiguara, a mando do chefe Pirajibe. A Companhia de Ambrósio atuou na linha de frente, por entre a *gente solta*, que não representava nenhuma bandeira ou ordenamento militar tradicional.

Entre 1585, adiante, há uma breve lacuna de informações sobre Ambrósio Fernandes, que dura até a Primeira Visitação do Santo Ofício em 1591. O Visitador, Heitor Furtado de Mendonça, devassa casos de heresia, judaísmo, sodomias e outros, embora poucas vezes tenha chegado ao nome de Ambrósio Fernandes. Como caso mais emblemático, destacam-se as acusações contra os de Camaragibe em outubro de 1591. Francisco Pinto Dotel, vigário da Igreja de São Lourenço, nos limites de Camaragibe (Pernambuco), comparece perante o Visitador e denuncia reuniões de cristãos-novos nas terras de Bento Dias Santiago e afirma o engenho como uma esnoga doméstica.

Dos nomes apontados na delação, alguns dos principais Senhores de Engenho e comerciantes da região se sobressaem, tais como João Nunes Correia (considerado o tesoureiro da congregação)¹⁶, Nuno Alvares, Duarte Dias Enriques, Simão Vaz e outros, como o da célebre Branca Dias, esposa de Diogo Fernandes, sócio de Bento Dias Santiago. Segundo consta no depoimento do vigário, Ambrósio Fernandes Brandão reunia-se a esse grupo e em Camaragibe,

[...] fazem grandes ajuntamentos em q blasfemão e dizem muitos juramentos seos e muitas blasfemeas com que dam muito escândalo e costumão estar na Igreja com muito pouco acato e reverencia no tempo que se alevanta o Santissimo Sacramento sem atentarem como deve e falando huns com os outros e estando mal compostos sem livros de rezar, nẽ contas [...]

¹⁵ História da Conquista da Paraíba, 1993, p. 61.

¹⁶ Segundo Elias Lipiner (1969) “a sua função social na congregação clandestina dos cristãos-novos parece ter sido unicamente a de tesoureiro, segundo se conclui de uma denúncia contra êle feita pelo padre Pero Leitão. Êste, em 13 de setembro de 1595, revelou ao Visitador, que João Nunes, cristão-novo mercador, prêso na Bahia e enviado pelo Santo Ofício à Lisboa, e Joane Mendes de Oliveira, também cristão-novo mercador, “tinham a bolsa dos judeus”. Bolseiro, em português antigo, era o que tinha a bolsa ou cofre de uma comunidade religiosa ou secular” (LIPINER, 1969, p. 194 — 195).

O vigário adiciona ainda que “costumão trabalhar e mandar trabalhar os seus nos domingos e dias sanctos”¹⁷, além de confirmar Ambrósio Fernandes como “feitor da fazenda de Bento Dias Santiago”¹⁸ e “mercador em São Bento”¹⁹, nome de seu primeiro engenho, estabelecido à margem esquerda do Capibaribe. É sabido que era Senhor deste, por volta de 1593, embora Antônio Gonsalves de Mello levante a possibilidade de exercer a função há mais tempo²⁰.

Anos após este ocorrido, o nome de Ambrósio Fernandes Brandão ressurgiu ao lado de outros da denúncia do Vigário Dotel, tais como Duarte Dias Anriques [Henriques] e Simão Vaz, desta vez como fiador de uma das urcas que costumava transportar os açúcares e pau-brasil da colônia à alfândega do reino. Ambos se conectavam genealogicamente a Bento Dias Santiago e, também, a Miguel Dias Santiago. Ambrósio Fernandes Brandão aparece no livro de contas do terceiro, por volta de 1600, conectado a letras de câmbio.

Em uma letra passada por Miguel Dias Santiago dirigida a Paulo de Pina em Lisboa, datada de Olinda em 29 de janeiro de 1600, diz-se: “Pagará Vossa Mercê por esta primeira de câmbio nesta cidade de Lisboa a um ano vista a Ambrósio Fernandes Brandão 200\$ pelo valor recebido de *Antônio Lopes Brandão seu irmão* e ao tempo lhe faça bom pagamento. (MELLO, 1966, p. 13).

Acredita-se, no entanto, que Ambrósio Fernandes, a essa altura, já residia em Lisboa e deixara São Bento a cargo do irmão, que atuava como seu procurador; Antônio Lopes Brandão e manteve como caixeiro, segundo Janaína G. F. Silva (2012), entre 1595 e 1604, Duarte Dias de Flandres²¹, primo de Miguel Dias Santiago.

No reino, Ambrósio Fernandes atuou como *Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes do Brasil*²² em 1604 e entre “(...) 1604 e 1605 Brandão transacionou com Cosme e Simão Roiz, comerciantes de Medina del Campo, na Espanha, por intermédio de Manuel da Veiga, mercador de Lisboa” (MELLO, 1969, p. 14). Medina Del Campo era uma praça de emissão de letras de câmbio que funcionava a Companhia do banqueiro *Simón Ruiz*. Os Veiga, tal como os Tinoco, Fernandes, Brandão e outras, atuavam nos negócios da pimenta e há indícios de Manuel da Veiga efetuando negócios similares com os Ruiz, desta vez para João Nunes Correia²³; outro abastado mercador atuante na conquista da Paraíba e que percorreu espaços similares a Ambrósio Fernandes.

Seus interesses na indústria açucareira ficam claros nesse momento, pois o número de engenhos que possuía, cresce. Além de São Bento, Regina Célia Gonçalves (2008)²⁴ refere-se a instalação de seu segundo engenho, desta vez nas margens do Paraíba: São Cosme e Damião (Inhobi), em 1605, que lhe acarretou inclusive o envolvimento num

¹⁷ PT-TT-TSO-IL-038-0780_m0050.

¹⁸ PT-TT-TSO-IL-038-0780_m0047.

¹⁹ PT-TT-TSO-IL-038-0780_m0049.

²⁰ “Consta da mesma fonte que na urca “Águia Preta”, mestre Henrique Bode, “que aqui despachou com destino a Lisboa” em 5 de janeiro de 1600, Antônio Lopes Brandão ”procurador bastante de Ambrósio Fernandes Brandão senhorio do engenho da invocação de São Bento”, fêz embarcar 15 caixas de açúcar branco e mascavo “o qual despachou por meia liberdade, pelos dez anos de liberdade[isto é, de isenção de pagamento de impostos] serem acabados” (portanto, o engenho teria sido levantado antes de 1590)” (MELLO, 1996, p. 13).

²¹ Duarte esteve em Pernambuco entre 1595 e 1604, onde era carregador de açúcar e cuidava dos interesses de Ambrósio Fernandes Brandão. Em 1612, já estava na Antuérpia, onde aparece como feitor ou cônsul, posição que ocupará novamente em 1624, e envolvido com a comercialização do gengibre, pois o mesmo tinha também interesses no comércio oriental. (SILVA 2012, p. 146).

²² “XVIII) de uma certidão passada em Lisboa em 28 de abril de 1604, na qual transcreve o Regimento de 23 de março de 1588 dado ao Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes do Estado do Brasil, consta, por duas vezes, o nome de Ambrósio Fernandes Brandão como ‘Tesoureiro Geral’ da mesma Fazenda em Lisboa”. (MELLO, 1966, p. 14).

²³ RICARDO, 2006, p. 103.

²⁴ GONÇALVES, 2007, p. 240 — 247.

processo, por volta de 1606, contra Duarte Gomes da Silveira, cristão-velho e um dos principais homens da capitania, em relação ao controle das águas que serviam à moenda de seus respectivos engenhos²⁵.

Segundo consta nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Ambrósio Fernandes via com bons olhos o trato do Atlântico e defendia uma mudança de foco dos negócios da Ásia, para o dito oceano, afirmando ser favorável não apenas à Coroa mas também aos particulares, principalmente pela possibilidade da conservação de bens de raiz na colônia.

Isso é maior indício de sua riqueza, porque os homens da Índia quando de lá vêm para o Reino, trazem consigo toda quanta fazenda tinham, porque não há nenhum, que tenha lá bens de raiz, e se os tem, são de pouca consideração; e como todo o seu cabedal está empregado em coisas manuais, embarcam-nas consigo, e do preço por que as vendem no Reino compram essas rendas, e fazem essas casas; mas os moradores do Brasil, toda sua fazenda têm metida em bens de raiz que não é possível serem levados para o Reino, e quando algum para lá vai, os deixa na própria terra, e desses deveis de conhecer muitos em Portugal, e assim não lhes é possível deixarem cá tanta fazenda, e comprarem lá outra, contentando-se mais de a terem no Brasil pelo grande rendimento que colhem dela. E, para concluirmos, nesta terra achareis muitos homens, que têm a cinquenta, cento, e ainda duzentos mil cruzados de fazenda, e na Índia muitos poucos destes. E se os que vivem no Brasil fossem mais curiosos de mais coisas podiam lançar mão para se fazerem ricos, e Sua Majestade colher mais rendimento dêle. (MELLO, 1966, P. 79).

Aos 9 de novembro de 1606, em Lisboa, Ambrósio Fernandes, a esposa Ana Brandoa e pessoas próximas ao casal foram denunciadas por Miguel Fernandes de Luna, “de nação mourisca natural de Granada”²⁶, que prestava serviços de reparo no jardim de uma horta, na quinta em que se encontrava a residência de Ambrósio, na Calçada do Combro. Dentre essas pessoas estava Maria da Costa, cristã-nova, filha de Francisco da Costa, guarda-mor do Consulado, que “se tratão como parentes todos do dito Ambrosio [...]”²⁷ e moravam pelas terras da quinta.

Das denúncias contra a família de Ambrósio, percebe-se principalmente que Ana Brandoa e seu filho, Duarte Brandão, eram ambos letrados. No que tange ao mercador, é visto que sua casa era o local que costumava negociar e manter contato com o *Consulado*, contudo, guardava os sábados, recolhendo-se para estudos seus durante o *Shabat*.

Em todos os dias de sabado se recolhe em hũ estudo seu e nelle esta quasy todo o dia, e não sae fora de casa, nem faz pagamento, nem contrato no dito dia com pessoa alguã *sendo recebedor do Consulado* tendo negocios na dita casa²⁸

Em *Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço ibérico*, Ana Sofia Ribeiro (2019) discorre que os Consulados hispânicos serviam, de certo modo, como organismos reguladores das redes mercantis, tais como as guildas. Segundo a autora, as funções que cabiam ao Consulado de Lisboa eram também similares ao de Sevilha, tais como resoluções de litígios ligadas ao trato, armadas para defesa do tráfico Atlântico e impostos específicos do órgão, tais como o *imposto do Consulado*, “um direito de 3% pago sobre o valor de todas as mercadorias que entrassem em todos os portos nacionais, com exceção daquelas que anteriormente já gozavam de isenção de direitos, como o trigo por exemplo” (RIBEIRO, 2019, p. 151).

²⁵ GONÇALVES 2007, p. 145 — 150.

²⁶ PT-TT-TSO-IL-030-0205_m0009

²⁷ PT-TT-TSO-IL-030-0205_m0010

²⁸ PT-TT-TSO-IL-030-0205_m0014

Entretanto, o Consulado de Lisboa se desintegra ainda em 1602, embora outros consulados hispânicos tenham se perpetuado. Nesse sentido, sabe-se que Ambrósio Fernandes tinha negociações diretas — e contatos em rede — com estas instituições mercantis. Levanta-se o questionamento de qual, ou quais, consulados em específico eram, considerando que a denúncia não estipula e, ainda que residente em Lisboa, o delator não prestava serviços para Ambrósio Fernandes enquanto o Consulado de Lisboa ainda funcionava.

Poucos anos após essa denúncia, o nome da esposa, Ana Brandoa, é visto nos negócios de Ambrósio Fernandes, quando aparece citada nas relações comerciais de Miguel Dias Santiago, que, aparentemente, também computava os envios de açúcar dos engenhos dos Brandão, na Paraíba, ao reino.

XXI) do livro de contas de Miguel Dias Santiago consta ter enviado Ambrósio Fernandes Brandão (por vezes apenas Ambrósio Fernandes) no período de 1608 a 1610, ora embarcadas em Pernambuco ora na Paraíba, um total de 408 caixas açúcar. Do mesmo livro constam *inúmeras referências* a Ana Brandoa, que permanecia naqueles anos em Lisboa juntamente com Duarte Brandão. Da Brandoa ocorrem dois autógrafos com assinaturas suas (1610). (MELLO, 1966, p. 16).

Por fim, construiu o Engenho do Meio, terceiro, contando com os demais, e foi-lhe outorgada sesmaria²⁹ em 1613 pela construção de engenhos, participação na conquista do Rio Paraíba e ter sido um dos primeiros moradores da região. No mesmo ano, levantou o engenho de Gargaú, também pelas margens do Paraíba. O Diálogo das Grandezas do Brasil lhe vem, possivelmente, em 1618 e daí já não há mais notícias de Ambrósio, além dos engenhos terem sido repassados a seus filhos a posteriori.

Considerações Finais

Constata-se que Ambrósio Fernandes Brandão percorreu alguns dos principais caminhos que poderiam ser trilhados, para fins de distinção e mobilidade social no Antigo Regime. Apoiou-se na atuação e patrocínio de armadas nas jornadas da África, promovidas por D. Sebastião — após feitos nas Índias —, considerando a possibilidade de já ser proveniente de uma família de meios *a priori*. Em face disso, foi agraciado com mercês administrativas, em uma das mais movimentadas praças portuguesas na Ásia. Utilizando de suas conexões mercantis, arribou ao Brasil para servir ao arrematante dos dízimos das principais capitâneas açucareiras, em momento de alta do produto.

Durante sua estadia na colônia, envolveu-se novamente com os *bellatores*, recebendo capitania de uma Companhia de Infantaria, por parte do General da Armada, tornando-se *Capitão dos Mercadores* numa das jornadas de conquista do Rio Paraíba. Considerando o prestígio colonial dos Senhores de Engenho, tratou de construir quatro — e consequentemente, manter escravos —: um na principal capitania açucareira e três na que havia assistido em conquistar, inclusive, recebendo sesmaria. Passada a Primeira Visitação Inquisitorial sem maiores causalidades a ele, mudou-se para o reino, deixou um procurador em seu lugar na colônia e tornou-se *Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes do Brasil*.

²⁹ GONÇALVES, 2007, 334 — 237.

Na posição, trocou letras de câmbio, manteve conexões e investimentos similares a mercadores cristãos-novos de grosso-trato da colônia e, ao mesmo tempo, parecia agir de modo a desviar do Santo Ofício, seus confiscos e fianças, com esmero. As lacunas em sua trajetória oferecem pistas o suficiente para instigar abordagens indiciárias, principalmente no que tange à natureza de seus investimentos na Carreira das índias, seus negócios com o Consulado, conexões com os de Camaragibe e as famílias do Porto. No entanto, os dados adquiridos conseguem ilustrar não apenas como o mercador garantia sua inserção nas elites da União Ibérica, ao mesmo tempo que ficava à parte, levando em consideração que não adquiriu títulos nobilitantes, mas também como as dinâmicas de mercado da diáspora inseriram-se nas conquistas e expansões territoriais ultramarinas.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

4º CADERNO DO PROMOTOR. Liv. 205.

Chancelaria Régia

Carta De Mercê Do Ofício De Escrivão Da Feitoria De Malaca (Ásia), Concedida Por D. Filipe I a Ambrósio Fernandes Brandão. Chancelaria de D. Filipe I, liv. 2, f. 73v.

PROCESSO DE MESTRE BENTO TEIXEIRA, nº 5206.

Registro das visitasões. Liv. 780. LIVRO 3 DAS DENÚNCIAS DA PRIMEIRA VISITAÇÃO AO BRASIL (1591 – 1595).

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa.

Referências

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séc. XV – XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOYAJIAN, James C. *The New Christians Reconsidered: Evidence from Lisbon's Portuguese Bankers, 1497-1647.* Studia Rosenthaliana, vol. 13, no. 2, 1979, p. 129-156. JSTOR, www.jstor.org/stable/41481308. Accessed 1 Aug. 2020.

BOYAJIAN, James C. *Portuguese traders in Asia under the Habsburgs 1580-1640*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

BOXER, Charles R. *O Império colonial português: (1415 – 1825)*. Lisboa: edições 70, 1969.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Positivo, 2015. Acesso em: 31 de julho de 2020. Disponível em: http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585 – 1630)*. São Paulo: Edusc, 2007.

HESPANHA, Antônio Manuel. *História das Instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII*. Rio de Mourou: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1987.

HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAHYBA por um da Companhia de Jesus escrita nos fins do século XVI a mando do Padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, na Província do Brasil. Campina Grande: Editora Universitária da Fundação Universitária Regional do Nordeste, 1983.

ISRAEL, Jonathan. *Jews and crypto-jews in the atlantic world systems (1500 – 1800)*. In: KAGAN, Richard L; MORGAN, Philip D. *Atlantic Diasporas: jews, conversos, and Crypto-jews in the Age of Mercantilism: 1500 — 1800*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

KLOOSTER, Wim. *Sephardic Migration and the Growth of European Long-Distance Trade*. Studia Rosenthaliana, Vol. 35, No. 2, (2001), p. 121-132.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros da idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na idade média*. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.

LIPINER, Elias. *Os judaizantes nas capitanias de cima: (estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

LOUREIRO, Rui. *Uma cidade cercada: Malaca durante a União Ibérica (1580-1640)*. e-Spania: Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes. vol. 13, 2016.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A sociedade*. In: MATTOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A estrutura das trocas*. In: MATTOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogo das grandezas do Brasil*: 2ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonçalves de Melo. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- MELLO, José Antônio Gonsalves. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542 – 1645)*. 2ª ed. Recife: Editora Massangana, 1996.
- OLIVAL, Fernanda. *A investigação sobre a mobilidade social dos cristãos-novos no Portugal moderno: notas de balanço*. In: BARROS, Maria Filomena Lopes; MONTALVO, José Hinojosa. Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno). Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS/UE/Universidade de Alicante, 2008, p. 397-409.
- PINTO, Sara Maria Costa. *A Companhia de Simón Ruiz*. Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI. Tese (Doutorado em História), Universidade do Porto, Porto, 2012.
- RICARDO, Silvia Carvalho. *Expoentes mercantis e dinâmica de negócios: a família Dias de Milão (1580-1624)*. 2014. São Paulo, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- RICARDO, Silvia Carvalho. *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. 2007. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- RIBEIRO, Ana Sofia. *Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço Ibérico (segunda metade do século XVI – 1609)*. In: LOPES, Bruno; JESUS, Roger Lee de. Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: Séculos: XVI - XVIII. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na Bahia colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. *Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Recife, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- SIQUEIRA, Luís de. *Notas sobre alguns traslados do Livro de saídas e despachos de navios e urcas da Alfândega de Pernambuco referente ao período de 1593 a 1605* [Manuscrito]. Olinda, 05/12/1608. 120 p. Coleção Pernambuco.
- STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro; Versal: São Paulo: Odebrecht, 2012.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese empire in Asia, 1500 – 1700*. A political and economic history. 2 ed. Chichester: John Wiley & Sons LTD, 2012.
- VALENTIM, Manuel Carlos. *Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro e Minho: Os Paz Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social, Mercancia e Poder (1495-1598)*. Lisboa, Tese (Doutorado em História), Universidade de Lisboa, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno, vol. 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1974.

Submissão: 03/08/2020

Aceite: 04/08/2020